

# Orixás da assistência farmacêutica

Pelo jornalista Aloísio Brandão,  
Editor desta revista.

■ PRESIDENTE DO CRF-BA, DR. ALTAMIRO JOSÉ DOS SANTOS APRESENTA AS DIFICULDADES E OS AVANÇOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, NO ESTADO. DENUNCIA QUE, EM ALGUNS MUNICÍPIOS BAIANOS, AS VIGILÂNCIAS, AINDA, SÃO TUTELADAS POR PREFEITOS E VEREADORES, O QUE FRAGILIZA A AÇÃO DOS ÓRGÃOS.



Presidente do CRF-BA, Altamiro José dos Santos

A revista PHARMACIA BRASILEIRA continua a fazer um giro pelos Estados, entrevistando Presidentes de Conselhos Regionais de Farmácia, com vistas a levantar informações que tracem um breve panorama da assistência farmacêutica do lugar. Rondônia foi o Estado de estréia. Nesta edição, a Bahia é o foco de nossa matéria. Ouvimos o Presidente do CRF-BA, Dr. Altamiro José dos Santos.

Farmacêutico pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), formado, em 1993, especializou-se em Assistência Farmacêutica pela mesma Universidade e em Docência de Ensino Superior. Dirigiu o Sindicato dos Farmacêuticos do seu Estado e cumpre a sua terceira gestão à frente do Conselho Regional. Altamiro José dos Santos, 44 anos, é professor de Introdução à Farmácia da Faculdade de Farmácia Maria Milza (Famam), em Cruz das Almas, a duas horas de Salvador.

Ele falou dos avanços e das dificuldades relacionados à assistência farmacêutica, na Bahia, Estado maior que a França, com 417 Municípios, muitos deles caren-

## ALTAMIRO JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DO CRF-BA

tes de infra-estrutura, de bons serviços de saúde e de saneamento. Sobre a queixa do Conselho Federal de Farmácia (CFF), de que a assistência, na Bahia, não cresce no mesmo ritmo registrado, na maioria dos Estados – o CFF atribui parte do descompasso a problemas na fiscalização farmacêutica -, comentou: “Se dentro do Estado da Bahia não é possível ter um crescimento linear da assistência, que dirá no Brasil”.

O dirigente do Conselho Regional argumenta que a abertura de novos cursos de Farmácia, no interior, está descentralizando o conhecimento, antes, centralizado, em Salvador, e expandindo os serviços farmacêuticos

por toda a Bahia. Some-se a isso o cerco fechado pela Vigilância Sanitária e a expansão da fiscalização farmacêutica. Mas lamentou que, em muitos Municípios pequenos e dos interiores mais distantes, a Vigilância, ainda, seja tutelada por prefeitos e vereadores, fato que acaba por fragilizar a atuação do órgão. “Mas as transformações, em toda a Bahia, são grandes, com o avanço da assistência farmacêutica e a assimilação, por parte dos proprietários leigos, das autoridades e da sociedade, de que as farmácias são mesmo estabelecimentos de saúde”, disse. [Veja a entrevista com o Presidente do CRF-BA, Altamiro José dos Santos.](#)

**PHARMACIA BRASILEIRA - A assistência farmacêutica nas farmácias comunitárias (o segmento emprega cerca de 84 mil farmacêuticos, em todo o País) cresce, no Brasil. Mas os índices de crescimento são desiguais entre os Estados. Como o senhor avalia a assistência farmacêutica comunitária, na Bahia?**

**Farmacêutico Altamiro José dos Santos** - Na década de 90, a Bahia acabou com aquilo que praticamente já não existe mais, no Brasil, que é a dupla ou múltipla responsabilidade técnica. Mas, ainda, há poucos registros dessa prática errada, em alguns lugares do Nordeste.

Na Bahia, o único curso de Farmácia era o primeiro, criado anexado ao de Medicina. Hoje, entretanto, temos 14 cursos - cinco deles já estão formando novos profissionais -, 5.000 farmacêuticos e 4.500 estabelecimentos comunitários (farmácias, drogarias e farmácias de manipulação). Isso, sem contar as públicas. Os cursos de Farmácia estão lançando 400 farmacêuticos, no mercado da Bahia, por ano. Antes, não havia farmacêuticos em número suficiente para atender à demanda do Estado.

Havia um grande número de farmácias clandestinas e irregulares,

na Bahia. Quarenta por cento dos estabelecimentos não estavam registradas no CRF-BA e Vigilância. A interferência política é grande, ainda, na Vigilância. Mas a Anvisa está atuando muito, na Bahia e em todo o Brasil, e as Visas, por conseguinte, estão avançando em suas atribuições.

O que fazemos é buscar o Ministério Público, para que firmemos Termos de Ajuste de Conduta. Já firmamos TACs, em dez Municípios. Com eles, conseguimos diminuir, de 40% para 29%, o número de farmácias irregulares, índice, ainda, altíssimo, diga-se de passagem.

Em alguns Municípios, vale lembrar, promotores não se sensibilizaram com a nossa questão, e acharam que técnicos poderiam assumir a responsabilidade técnica. Mas conseguimos reverter a sua posição.

Acho que a realidade está mudando, na Bahia. A Anvisa está fechando o cerco, à medida em que proíbe e cobra das distribuidoras que vendem somente para farmácias regulares. Estamos em processo de transformação.

Mas vale repetir que o índice de 32% de farmácias irregulares, ainda, é muito alto. No Estado, há realidades diferentes. No extremo sul, por

exemplo, quase não há estabelecimentos clandestinos. Já na região norte, a situação da clandestinidade é crítica, caótica.

O CRF está presente, em todo o Estado. O órgão possui três sedes. Ficam, em Teixeira de Freitas, Juazeiro, Feira de Santana, Barreiras, Vitória da Conquista e Itabuna. Em cada subseção, há um fiscal. O Conselho Regional possui, no total, nove fiscais. Quatro deles atuam, em Salvador.

Gostaria de ressaltar que o CRF-BA ajudou a fundar 14 associações de farmacêuticos e vem incentivando os farmacêuticos a fazerem parte dos Conselhos Municipais de Saúde. É, desta forma, que uma nova consciência vem se consolidando e as coisas começam a mudar.

**PHARMACIA BRASILEIRA - A assistência farmacêutica nas farmácias comunitárias experimenta uma nova fase, inclusive com a expansão da qualidade dos serviços prestados. O senhor concorda com esta afirmação?**

**Farmacêutico Altamiro José dos Santos** - Para falar sobre isso, gostaria, primeiramente, de lembrar a reforma no ensino. Antes, tínhamos um currículo que nos empurrava para as análises clínicas e, hoje, não.

## ALTAMIRO JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DO CRF-BA

Por outro lado, os Municípios estão contratando farmacêuticos, porque há uma nova orientação por parte do Governo do Estado focada na necessidade de se melhorar a gestão do medicamento, na ponta do sistema. Por outro lado, o CRF está fiscalizando os estabelecimentos públicos. Inclusive, multando os faltosos. Ou seja, há uma convergência de fatores que está levando ao crescimento da assistência farmacêutica.

**PHARMACIA BRASILEIRA** - O senhor pode falar sobre o processo de qualificação dos farmacêuticos, na Bahia, da graduação em diante?

**Farmacêutico Altamiro José dos Santos** - Há cursos de especialização, no Estado, em diversos segmentos, a exemplo da farmácia pública, oferecido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mas não há, ainda, muitos cursos de qualificação direcionados para a área comunitária.

**PHARMACIA BRASILEIRA** - A Bahia é um Estado de grande extensão territorial (é maior que a França), tem uma população de cerca de 15 milhões de habitantes e 417 Municípios. Muitos desses Municípios são pequenos e neles os serviços públicos essenciais, ainda, são precários. Muitos farmacêuticos não se sentem atraídos a atuar, ali. O CRF-BA tem algo a fazer para ajudar a resolver esse problema e melhorar a assistência farmacêutica, nesses pequenos Municípios?

**Farmacêutico Altamiro José dos Santos** - Para que Municípios com essas características não fiquem desassistidas, o Conselho Regional de Farmácia tolera que o farmacêutico resida a até 100 quilômetros do local onde atua. Mas já está sendo possível levar o farmacêutico para esses pequenos Municípios. Ele pode ter diferentes atribuições, como atuar na farmácia do hospital e numa farmácia comunitária; ou na vigilância sanitária e epidemiológica e na far-

mácia comunitária. De sorte que as condições, inclusive financeiras, não são ruins para o farmacêutico, nessas pequenas localidades.

Uma coisa está mudando: a abertura de cursos de Farmácia em cidades do interior. Está havendo a descentralização da formação que, antes, era centralizada apenas na UFBA, em Salvador.

**PHARMACIA BRASILEIRA** - Segundo o Conselho Federal de Farmácia, a assistência farmacêutica, na Bahia, não apresenta o mesmo crescimento de outros Estados. E atribui essa realidade a dificuldades na fiscalização. O que senhor diz?

**Farmacêutico Altamiro José dos Santos** - Se dentro do Estado da Bahia não é possível ter um crescimento linear da assistência, que dirá no Brasil. Mas o farmacêutico está

“  
Havia um grande número de farmácias clandestinas e irregulares, na Bahia. Quarenta por cento dos estabelecimentos não estavam registradas no CRF-BA e na Vigilância. A interferência política é grande, ainda, na Vigilância

(Altamiro José dos Santos, Presidente do CRF-BA).

”

indo para as farmácias, sim. Estamos verificando que o conceito de farmácia como estabelecimento de saúde está sendo assimilado, em Salvador e grandes cidades, como em algumas cidades pequenas.

Sobre a fiscalização, eu encontrei o Conselho Regional de Farmácia da Bahia com apenas cinco fiscais. Hoje, são nove fiscais. Nós não contratamos estes fiscais para nada, mas, sim, porque queremos investir na assistência farmacêutica. A assistência aumenta, em vários Estados, porque outros fatores contribuem para isso, além da fiscalização. Um deles é a expansão das ações da Vigilância.

Na Bahia, em vários Municípios, a Vigilância ainda é tutelada por prefeitos e vereadores, o que acaba fragilizando o trabalho da mesma. Eu já vi prefeito demitir técnico da Vigilância Municipal, porque ele interditou uma farmácia do Município que não mantinha o farmacêutico. Os donos de farmácias irregulares, em muitos Municípios, tinham um lobby muito forte.

Esta é uma mentalidade arcaica que só será mudada com o tempo e com ações novas do Governo, apontadas para outro caminho. Mas ressalto que as Vigilâncias estão fechando o cerco contra esses estabelecimentos irregulares.

**PHARMACIA BRASILEIRA** - Comente a nova orientação do CFF, no sentido de que a fiscalização seja, também, um ato orientador, formador e que prime por promover a qualidade da assistência.

**Farmacêutico Altamiro José dos Santos** - Eu acho muito positiva essa nova orientação do CFF. Ela é necessária e acertada, pois, à medida em que os fiscais tem contato direto com os farmacêuticos, eles passam a ser, também, agentes portadores de conhecimento, de orientação, e ajam com foco na qualidade da assistência. Por isso, eles precisam ser muito bem treinados.